

Consideração Empática e Tomada de Perspectiva para o Perdão Interpessoal

Júlio Rique¹
Cleonice Camino
Nilton Formiga
Felipe Medeiros
Verônica Luna

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil

Resumo

Este trabalho verificou empiricamente relações teóricas entre a consideração empática, a tomada de perspectiva e o perdão interpessoal. A consideração empática é a capacidade de simpatizar com o outro. A tomada de perspectiva é a capacidade de diferenciação de pontos de vista. O perdão é a capacidade de relevar o ressentimento e desenvolver compaixão para com um ofensor. O modelo proposto foi que a consideração empática relaciona-se positivamente com a tomada de perspectiva e ambas influenciam positivamente o perdão. A amostra foi composta por 200 participantes com 20 anos de idade em média. Utilizaram-se as escalas de consideração empática e de tomada de perspectiva da EMRI de Davis e o Item do Perdão da escala EFI. O modelo se mostrou adequado aos dados e as relações foram significativas ($p < 0,05$). Os resultados contribuem para a orientação de terapias e educação para o perdão interpessoal.

Palavras-chave: Perdão interpessoal; Empatia; Tomada de perspectiva social.

Empathic Concern and Perspective Taking for Interpersonal Forgiveness

Abstract

This study examined empirically a theoretical model of relations between the empathic concern, the perspective taking (or role-taking) and the attitude for interpersonal forgiveness. Empathic concern is the ability to sympathize with others and be motivated to help. Perspective taking is the capacity for differentiation of views. Interpersonal forgiveness is the ability to relieve anger and resentment and to offer compassion for another person who offended unjustly. The proposed model was that the empathic concern correlates positively with perspective taking and both positively influence forgiveness. 200 young adults, men and women, ages between 14 and 46 years participated in the study. Davis' scales of empathic concern and perspective taking from the Interpersonal Reactivity Index (IRI) and the Forgiveness Item from the Enright Forgiveness Inventory (EFI) were used. The model was suitable to the data and the relationships were significant ($p < 0.05$). It is expected that these results help the work of education and therapeutic counseling for interpersonal forgiveness.

Keywords: Interpersonal forgiveness; Empathy; Social perspective taking.

Este trabalho teve como objetivo verificar empiricamente um modelo teórico das relações entre a consideração empática, a tomada de perspectiva do outro e a atitude para o perdão interpessoal. Contemporaneamente, vários autores da psicologia social, psicologia da moral e psicologia cognitiva do desenvolvimento

(Batson, Eklund, Chermok, Hoyt, & Ortiz, 2007; Batson, Tricia, Highberger, & Shaw, 1995; Davis, 1983; Hoffman, 2000) se voltaram para a investigação da empatia que pode ser definida como uma “resposta afetiva de origem evolutiva que é mais apropriada à situação do outro do que à da própria pessoa” (Hoffman, 2000, p. 4). A empatia relaciona-se à capacidade de tomar a perspectiva do outro, isto é, de adotar o ponto de vista do outro e diferenciá-lo do seu próprio, compreender motivações e necessidades do outro e atribuir atitudes e comportamentos ao outro. Assim, no processo empático o observador pode prover ajuda e cuidado, fazer justiça e ser solidário com o outro, como demonstram alguns estudos empíricos (Camino, Camino & Leyens, 1996;

¹ Endereço para correspondência: Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia, Cidade Universitária, Campus I, Castelo Branco, João Pessoa, PB, Brasil, CEP 58051-900. Tel.: (083) 3216 7337. E-mail: julio.rique@uol.com.br

Esta pesquisa foi realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério da Saúde, através de financiamento concedido ao primeiro autor (Processo 575284\2008-1).

Eisenberg, Zhou, & Koller, 2001; Paludo & Koller, 2003; Sampaio, Monte, Camino, & Roazzi, 2008).

Davis (1983) operacionalizou a empatia como um fenômeno multidimensional, composto por quatro componentes independentes: *tomada de perspectiva do outro*, *consideração empática*, *angústia pessoal* e *fantasia*. Para Davis, o que é geralmente chamado de “grau de sentimento empático ou de empatia” é a soma desses quatro componentes. Respondendo a autores que consideram a empatia como um construto unidimensional, Davis argumenta que, embora o sentimento empático seja uma medida global, as quatro habilidades constituintes do sentimento empático discriminam processos psicológicos diferentes. Tendo em vista as características multidimensionais da empatia, resta saber se, no contexto interpessoal de conflito marcado por ofensa e mágoa, a empatia facilita uma maior disposição para o perdão.

Desse modo, seguindo a concepção de Davis, buscou-se explicar as relações entre a consideração empática, a tomada de perspectiva do outro e o perdão interpessoal. Como *consideração empática*, Davis (1983) refere-se à capacidade do observador de simpatizar com o outro e de se motivar para ajudá-lo. No entanto, segundo Davis, não se deve esperar resultados consistentes entre a consideração empática e medidas de adequação social do observador. O grau e a importância da consideração empática em relação a outros construtos sociais vão depender da natureza dos outros construtos.

A *tomada de perspectiva* é uma capacidade que se desenvolve a partir de avanços na inteligência lógica e da redução do egocentrismo cognitivo e emocional da criança (Piaget, 1932/1977). Com o desenvolvimento cognitivo, a pessoa adota formas complexas de diferenciação de pontos de vista: entre o eu e o outro, entre o eu e diferentes pessoas em um grupo e entre o eu e grupos ou sistemas sociais (Selman, 1980). Davis (1983) demonstrou que a tomada de perspectiva se relaciona positivamente com a autoestima, a avaliação de atributos positivos do outro, a sensibilidade sobre os sentimentos e necessidades do outro e o monitoramento crítico da extroversão social em medidas de personalidade. A tomada de perspectiva ainda apresenta correlações negativas com sentimentos de vergonha, medo, isolamento social, fobia social e ansiedade perante audiências, entre outros. No cômputo geral, a capacidade de tomada de perspectiva ajuda as pessoas a resolver conflitos sociais de forma adequada, possibilitando-lhes melhor convívio social, a partir do entendimento dos sentimentos e necessidades do outro.

Em seus estudos sobre a psicologia da moral, adotando uma base cognitiva para o desenvolvimento, Kohlberg (1984) e Piaget (1932/1977) consideram a

tomada de perspectiva do outro como uma condição necessária para a resolução de conflitos sociomoraes. Dando suporte a essas pesquisas, Camino et al. (1996) fizeram uma revisão detalhada dos estudos sobre empatia, tomada de perspectiva social e julgamento moral. Buscaram verificar se a empatia aumenta com a idade e precede ou é concomitante ao julgamento moral. Utilizando métodos quase-experimentais e trabalhando com uma amostra de 222 crianças de cinco a 10 anos de idade, os autores encontraram uma relação positiva e significativa entre empatia inferencial e julgamento moral, a partir dos sete anos de idade. Com base nos resultados, concluíram que a empatia precede o julgamento moral, corroborando achados de várias pesquisas (Hoffman, 2000; Selman, 1980). Além disso, verificaram que a qualidade e a força da relação da empatia com o julgamento moral dependem de circunstâncias específicas.

Neste sentido, Sampaio et al. (2008) estudaram a influência da empatia no raciocínio de justiça distributiva, utilizando amostras de estudantes de ensino médio de escolas públicas e privadas. Encontraram que o sentimento empático (ou escore total de empatia) não influenciou o raciocínio da justiça distributiva, mas a tomada de perspectiva teve papel preponderante na decisão dos participantes de favorecer o outro que apresentava maior necessidade, sem desmerecer a competência dos demais personagens. A angústia pessoal (*personal distress*) influenciou na distribuição de dinheiro entre os personagens, cujos valores variaram também em favor dos mais necessitados. Os autores interpretaram esse dado como decorrente da motivação para aliviar a angústia causada pela necessidade do outro.

Com o avanço das teorias sobre as cognições sociais e a moral, ocorreu um aumento de interesse sobre as relações entre a empatia e novos construtos. Por exemplo, a empatia passou a ser estudada em sua relação com a moral do cuidado (Gilligan, 1982; Hoffman, 2000) e com as disposições morais (Rest, 1994) e pró-sociais, ou seja, com a sensibilidade moral e com os comportamentos de ajuda ao outro. Essas relações abrangeram também a generosidade e outras habilidades sociais, como demonstram as pesquisas efetuadas por Del Prete e Del Prete (2009) e Paludo e Koller (2003), além de outros autores (Cecconello & Koller, 2000; Eisenberg et al., 2001). Por fim, a empatia passou a ser investigada em suas relações com o perdão interpessoal, o que motivou a realização do presente trabalho. Na esteira das pesquisas realizadas por Enright, Santos e Al-Mabuk (1989), sobre as relações entre a empatia e a capacidade para o perdão interpessoal, o presente estudo enfoca as relações entre a consideração empática, a tomada de perspectiva do outro, o grau do perdão e o grau de mágoa sentida após uma injustiça.

O Perdão Interpessoal e a Empatia

Desde a última década, os estudos sobre o perdão interpessoal cresceram na literatura da psicologia social e da moral. Diversas teorias, com diferentes enfoques, tentam compreender o fenômeno. Em geral, não existe consenso entre os autores sobre a definição operacional do perdão (Worthington, 2005) ou sobre o modelo psicossocial do perdão. Por exemplo, é bastante conhecida na literatura a posição defendida por McCullough, Worthington e Rachal (1997), que considera o perdão como altruísmo, motivado pelo sentimento empático com fins de manutenção das relações sociais. No tocante à visão cognitiva do desenvolvimento, que é a perspectiva adotada neste estudo, destacam-se os trabalhos de Enright e Fitzgibbons (2000), Enright e The Human Development Study Group (1991) e Piaget (1932/1977).

Piaget (1932/1977) considerou o perdão como um tipo de raciocínio que é parte do domínio moral, com atitudes e juízos relacionados ao pensamento de justiça por equidade. Mais recentemente, apoiando-se nessa suposição de Piaget, Enright e The Human Development Study Group (1991) definiram o perdão interpessoal como uma atitude moral. De acordo com essa definição, *perdoar* é uma decisão voluntária, justificada por razões morais relacionadas a raciocínios de justiça. Entretanto, *perdoar não* é um dever ou uma obrigação moral, assim como é a justiça.

Enright, Santos e Al-Mabuk (1989) verificaram uma correlação positiva entre pensamentos de justiça retributiva e pensamentos de perdão, em amostras de jovens adolescentes e adultos. Se a pessoa se orienta pela justiça retributiva expiatória, após uma justiça, irá conceder o perdão condicionado a determinadas conseqüências, isto é, o ofensor deverá receber uma punição de modo a sofrer igual ou mais do que causou à vítima. Se a pessoa se orienta por uma moral de ganhos pessoais, o perdão só é considerado após compensações de igual ou de maior valor à conseqüência sofrida pela vítima. Por fim, se a pessoa se orienta por uma moral convencional e ou religiosa, o perdão segue as convenções e princípios de sua religião (ex. desculpas, arrependimento, confissão, etc.) Nos exemplos citados, o perdão relaciona-se com fatores externos, porém, quando uma vítima de injustiça se orienta por uma noção de justiça equitativa, o perdão é processado intrapsiquicamente. Nesse caso a vítima é capaz de entender tanto os princípios de equidade quanto os princípios éticos que complementam a justiça, a disposição moral para perdoar aumenta e poderão ocorrer mudanças mais genuínas das vítimas com relação aos seus ofensores.

Considerando mais detalhadamente o processo para perdoar, Enright e Fitzgibbons (2000) dizem que um fator importante no processo é o *reframing*, ou seja, uma

mudança de pensamento sobre a situação, que ocorre a partir de exercícios cognitivos terapêuticos praticados pela vítima. Nesses exercícios, a vítima começa a refletir sobre seu próprio comportamento antes e durante a situação de injustiça, sobre a relação com o ofensor antes e no presente e sobre características comuns ou de identidade entre os dois, ou seja, vítima e ofensor. O *reframing* motiva a empatia, mas não é possível descrever o momento em que a empatia surge até que se verifique que a vítima começa a adotar a perspectiva do outro. Nesse momento, os autores alertam sobre a importância de conduzir o processo terapêutico para que o ofensor possa ser compreendido de forma a possibilitar uma exata proporção de justiça e compaixão. Como a empatia é moralmente neutra, as vítimas tendem a exagerar na valorização ou na depreciação do ofensor. No primeiro caso, o ofensor é superestimado como ser humano e, assim, é merecedor de compaixão. No segundo caso, o ofensor não é visto como digno do menor grau de compaixão, porque a energia mental está presa ao ato da injustiça. Sem reflexões críticas intrapsíquicas que levem a vítima a entender o ofensor e seu ato em uma medida mais equilibrada, fica difícil defender a compaixão sem prejuízo do pensamento moral de justiça. Para Enright e Fitzgibbons (2000), esse fenômeno que ocorre no processo do perdão ainda é um mistério que aguarda estudos.

Ajudando a esclarecer esse processo, Enright e Fitzgibbons (2000) consideram que o *reframing* ocasiona um redirecionamento do pensamento das vítimas tanto para si próprias quanto para a sua participação e relação com o ofensor. Nesse momento, a empatia não é um construto unidimensional, sendo preciso distinguir duas habilidades empáticas que participam do processo. A energia afetiva investida pela vítima torna-se uma consideração empática quando começa a se deslocar para si própria e, em seguida, em direção ao outro. Em outras palavras, a pessoa começa a se motivar para refletir e tomar a perspectiva do outro. Portanto, o *reframing* implica duas habilidades empáticas: a consideração empática e a tomada de perspectiva do ofensor, que são fatores importantes no processo.

Segundo a teoria desses autores, a consideração empática motiva o processo do perdão por meio de uma diminuição da raiva ou do ressentimento causado pela mágoa. Durante o processo empático, mesmo reconhecendo que o outro agiu de forma injusta, a vítima vai procurar entender a si própria (e a outras vítimas de injustiças semelhantes), o que pode resultar em uma redução da raiva. Em seguida, para que ocorra o perdão, é necessário que a vítima tome a perspectiva do ofensor e conheça as motivações que o levaram a cometer a injustiça dentro do seu contexto de vida. Assim, segundo esse modelo, o perdão depende do entendimento das motivações e razões que levaram o ofensor a

cometer a injustiça e da criação de uma nova perspectiva sobre o ofensor. Em outras palavras, a consideração empática e a tomada de perspectiva colaboram no processo de perdão. Enquanto a consideração empática atua na intensidade da mágoa, a tomada de perspectiva do outro reorganiza o pensamento sobre a mágoa sofrida. É esse conjunto de fatores que Enright denomina de *reframing*, que ajuda na redução da dor e possibilita o surgimento de uma disposição para o perdão como um ato de compaixão.

Enright e Fitzgibbons (2000) não defendem uma sequência fixa entre a consideração empática e a tomada de perspectiva, postulando, preferentemente, que ambos os fatores são independentes e influenciados pelos afetos, o que pode contribuir ou dificultar o processo de perdão. Sob esse prisma, a tomada de perspectiva significa uma disposição livre e consciente das vítimas para se engajarem no processo de perdão. Como toda habilidade, a tomada de perspectiva requer motivação para adotar a perspectiva do outro que, nesse caso, seria um ofensor. Assim, é de se esperar que adotar a perspectiva de alguém que nos magoou requeira juízos mais elevados que possam energizá-la.

Finalmente, as teorias defendidas por Enright e seus colaboradores consideram o perdão como uma atitude normativa. Nesse sentido, todos possuem a capacidade de perdoar, mas o grau de perdão depende de variáveis situacionais, como, por exemplo, a intensidade da mágoa, o tempo desde que a mágoa ocorreu e a qualidade da relação entre a vítima e o ofensor. Essas teorias estabelecem também que o grau de perdão correlaciona-se positivamente com o grau dos componentes das atitudes e estes incluem afetos negativos (ex., eu odeio ele), afetos positivos (ex., eu gosto dela), julgamentos negativos (ex., ele merece sofrer), julgamentos positivos (ex., ele é uma boa pessoa que cometeu um ato injusto), comportamentos negativos (ex., eu evito encontrar com ele) e comportamentos positivos (ex., eu ajudo se ela precisar). Diversas pesquisas mostram que a soma desses componentes é uma medida geral da capacidade para o perdão (Enright, Rique, & Coyle, 2000; Rique, 1999; Rique & Camino, in press; Rique, Camino, Enright, & Queiroz, 2007; Rique, Camino, Santos, & Gouveia, 2009; Subkoviak et al., 1995). Em suma, de acordo com as teorias de Enright e colaboradores, o grau de perdão interpessoal relaciona-se positivamente com a consideração empática e com a tomada de perspectiva do outro e negativamente com a intensidade da mágoa.

Objetivo do Estudo

Apesar das relações entre a consideração empática e a tomada de perspectiva com respeito ao grau de perdão interpessoal poderem ser teoricamente admitidas, até o presente momento a literatura especializada não apresenta estudos empíricos sobre a questão. Em função dis-

so, o presente estudo teve como objetivo verificar essas relações, por meio da modelagem de equação estrutural do programa computacional AMOS 7.0. Os indicadores de ajuste (*Goodness of Fit*) utilizados por este programa permitem avaliar a validade da ação de cada variável adotada (consideração empática e tomada de perspectiva do outro) sobre os construtos de interesse investigados (intensidade da mágoa e grau de perdão interpessoal). Desta forma, espera-se que os resultados alcançados por essa análise possam: (a) indicar a magnitude dos efeitos estabelecidos entre as variáveis, os quais estão condicionados ao fato do modelo especificado estar correto; e (b) testar se as expectativas quanto às relações entre as variáveis são consistentes com os dados observados, ou seja, apontar uma probabilidade sistemática na relação entre as variáveis (Farias & Santos, 2000).

É importante salientar que, neste estudo, o grau de consideração empática, de tomada de perspectiva e de perdão atribuído a outra pessoa é avaliado após uma mágoa pessoal. Porém, a medida de empatia não exige que os participantes pensem no ofensor ou na mágoa pessoal, como é solicitado para o perdão. Assim, este trabalho limita-se a verificar: (a) a tese geral que supõe que uma maior capacidade de tomada de perspectiva do outro se relaciona positivamente com uma maior disposição para o perdão; e (b) a tese de que a consideração empática se relaciona positivamente com os sentimentos de raiva e ressentimento, ou seja, com a intensidade de uma mágoa sofrida por uma vítima. Por último, o presente trabalho não busca uma modelagem estrutural de causa e efeito, nem pretende esgotar todas as relações entre as habilidades da empatia e as variáveis relacionadas ao perdão. Sua pretensão primordial é fundamentar empiricamente o modelo teórico de Enright sobre o processo de perdão e nortear, na prática, os processos clínicos terapêuticos e educativos sobre o perdão interpessoal.

Método

Participantes

A amostra foi composta por 200 participantes, entre jovens e adultos, sendo 30,5% homens e 69,5% mulheres, com idades entre 14 e 46 anos ($M = 19,7$ anos, $DP = 4,26$). Todos eram residentes na cidade de João Pessoa-PB e tinham renda socioeconômica média de três a cinco salários-mínimos (de R\$ 1.395,00 até R\$ 2.325,00).

Instrumentos

Escala de Consideração Empática da Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal de Davis – EMRI (Ribeiro, Koller, & Camino, 2001). É uma medida composta por sete itens objetivos e respondidos

em uma escala de 5 pontos (1 = baixa consideração empática e 5 = alta consideração empática). Os itens são: Item 3: Incomodo-me com as coisas ruins que acontecem aos outros; Item 5: Sinto compaixão quando alguém é tratado injustamente; Item 6: Quando vejo que se aproveitam de alguém, sinto necessidade de protegê-lo; Item 10: Fico comovido com os problemas dos outros; Item 12: Preocupo-me com as pessoas que não têm uma boa qualidade de vida; Item 13: Descrevo-me como uma pessoa de “coração mole” (muito sensível); Item 17: Costumo me emocionar com as coisas que vejo acontecer aos outros. O escore total dessa escala varia de 7 (mínimo) a 35 (máximo). A escala mostrou o nível de confiabilidade interna $\alpha = ,79$.

Escala de Tomada de Perspectiva do Outro da Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal de Davis – EMRI (Ribeiro et al., 2001). Trata-se de uma medida da tomada de perspectiva do outro, composta por sete itens objetivos, respondidos em uma escala de 5 pontos (1 = baixa habilidade de tomada de perspectiva e 5 = alta habilidade de tomada de perspectiva). Os itens são: Item 4: Tento compreender o argumento dos outros; Item 7: Imagino como as pessoas se sentem quando eu as critico; Item 8: Antes de tomar alguma decisão procuro avaliar todas as perspectivas; Item 9: Tento compreender meus amigos imaginando como eles vêem as coisas; Item 21: Coloco-me no lugar do outro se eu me preocupo com ele; Item 22: Escuto os argumentos dos outros, mesmo estando convicto da minha opinião; Item 28: Habitualmente vejo as coisas do ponto de vista dos outros. Os escores das subescalas variam de 7 (mínimo) a 35 (máximo). A escala de tomada de perspectiva mostrou o nível de confiabilidade interna $\alpha = ,70$.

Escala do Perdão- EFI ([Enright Forgiveness Inventory], Rique et al., 2009). Trata-se de uma medida do perdão interpessoal, inicialmente composta por uma folha de rosto que busca obter informações objetivas sobre o contexto da mágoa: agente da mágoa, intensidade da mágoa e tempo da mágoa. Em seguida, a EFI apresenta um inventário de 60 itens, divididos em três subescalas (Afetos, Comportamentos e Julgamentos), com 20 itens cada. Cada subescala ainda se divide em elementos positivos (10 itens) e negativos (10 itens). Cada item é respondido em uma escala de concordância com seis pontos (1 = discordo fortemente e 6 = concordo fortemente). Os escores totais variam de um mínimo de 60 ao máximo de 360 pontos. A EFI mostrou o nível de confiabilidade interna $\alpha = ,98$.

O Item do Perdão ([Enright Forgiveness Inventory], Rique et al., 2009). Trata-se de uma medida independente do grau de perdão, que corresponde a *uma última pergunta na EFI: Por favor, indique o quanto você perdoou a pessoa que você avaliou na Escala EFI*. Essa questão é respondida em uma escala de 5 pontos (1 =

não perdoei a 5 = perdoei completamente). O escore do item do perdão é utilizado como uma medida de validade externa da EFI. Uma correlação simples de Pearson mostrou resultados positivos e significativos entre a EFI total e o Item do Perdão de $r = ,42$ ($p < ,01$).

Procedimento

As medidas foram organizadas de forma que o primeiro instrumento utilizado foi o questionário de informações demográficas. As duas outras medidas foram ordenadas aleatoriamente, para evitar o efeito de ordem nas respostas. Os questionários foram aplicados em salas de aula de instituições de ensino público, com duração média em torno de 25 minutos. Todos os participantes foram convidados verbalmente para responder individualmente os questionários e, após estarem cientes das condições de participação na pesquisa, assinaram um termo de consentimento.

No que se refere à análise dos dados, foram realizadas estatísticas descritivas e foram computados e avaliados os indicadores estatísticos para o Modelo de Equações Estruturais (SEM). Foram considerados, segundo um critério de ajuste subjetivo (*Goodness of Fit*), os seguintes indicadores: χ^2/gf (grau de liberdade), que admite, como adequados, índices entre 2 e 3, aceitando-se até 5; Raiz Quadrada Média Residual – *RMR*, que indica o ajustamento do modelo teórico aos dados, na medida em que a diferença entre os dois se aproxima de zero (0); índices de qualidade de ajuste, dados pelos *GFI/AGFI*, que medem a variabilidade explicada pelo modelo, e com índices aceitáveis a partir de 0,80; *NFI*, que se caracteriza por ser uma medida de comparação entre o modelo proposto e o modelo nulo e representa um ajuste incremental que varia de zero a 1 (hum) e pode ser considerado aceitável para valores superiores a 0,9; *CFI*, que compara, de forma geral, o modelo estimado com o modelo nulo, considerando valores mais próximos de 1 (hum) como indicadores de ajustamento satisfatório; e o *RMSEA*, que se refere ao erro médio aproximado da raiz quadrática e que deve apresentar um intervalo de confiança ideal, situado entre 0,05 e 0,08 (Byrne, 2001; Hair, Tatham, Anderson, & Black, 2005; Joreskög & Sörbom, 1989).

Resultados

De acordo com os resultados, pode-se dizer que o objetivo principal deste estudo foi alcançado, no sentido de confirmar o modelo proposto, ou seja, a consideração empática relaciona-se positivamente com a tomada de perspectiva do outro e ambas influenciam positivamente o perdão. Porém, a fim de garantir a fidedignidade desse modelo, foi feita a sua comparação com três modelos alternativos. Os modelos testados são: Modelo 1: A consideração empática relaciona-se posi-

tivamente com o perdão e a intensidade da mágoa; Modelo 2: A tomada de perspectiva do outro relaciona-se positivamente com o perdão e negativamente com a intensidade da mágoa; Modelo 3: A consideração empática relaciona-se positivamente com a tomada de perspectiva do outro e ambas influenciam positivamente o perdão.

Calculando e comparando a adequabilidade dos modelos no AMOS GRAFICS, através de seus indicadores, os resultados descritos na Tabela 1 mostraram que, após os devidos ajustes nos parâmetros psicométricos, o Modelo 3 foi o que apresentou melhor adequabilidade aos dados: χ^2/gf (67,02/74) = 0,90, $p < 0,70$; RMR = 0,04; GFI = 0,97; AGFI = 0,95; CFI = 1,00 e RMSEA = 0,00 (0,00-0,07).

Tabela 1
Indicadores de Três Modelos Alternativos para o Perdão Interpessoal

Modelos	χ^2/gf	RMR	GFI	AGFI	CFI	RMSEA
Modelo 1	1,11	0,06	0,98	0,95	0,99	0,02
Modelo 2	0,98	0,05	0,97	0,94	1,00	0,01
Modelo 3	0,90	0,04	0,97	0,95	1,00	0,00

Como mostra a Figura 1, no Modelo 3 a consideração empática relacionou-se positivamente com a tomada de perspectiva ($\lambda = ,67$), o grau de perdão ($\lambda = ,02$) e a intensidade da mágoa ($\lambda = ,40$). A tomada de perspec-

tiva se relacionou positivamente com o perdão ($\lambda = ,19$), mas negativamente com a intensidade da mágoa ($\lambda = -,35$). Por fim, as variáveis dependentes, grau de perdão e intensidade da mágoa, relacionaram-se negativamente entre elas ($\lambda = -,28$). Vale destacar que todas as saturações (lambdas, λ) foram estatisticamente diferentes de zero ($t > 1,96, p < 0,05$), o que apóia a adequação do conjunto de variáveis independentes sobre as dependentes no modelo teórico testado.

Discussão

Com base na literatura e em experiências clínicas, Enright e Fitzgibbons (2000) descreveram um processo que indica teoricamente as relações entre a empatia e o perdão interpessoal. Entretanto, ressaltaram que, embora seja um dos momentos cruciais na terapia e na educação para o perdão, não é possível prever quando a empatia vai ocorrer ou controlá-la a partir do seu surgimento. Em outras palavras, ainda não está plenamente esclarecido como é que um trabalho terapêutico pode lograr promover a empatia por um ofensor.

O presente trabalho procurou contribuir para o esclarecimento dessa questão, no sentido de saber se a empatia pode ser modelada no processo do perdão. Considerando a empatia como um fenômeno psicológico multidimensional, verificou as proposições da teoria do perdão interpessoal de Enright, operacionalizando a consideração empática e a tomada de perspectiva do outro em relação ao perdão. Estabeleceu-se a expectativa de que a consideração empática e a tomada de perspectiva atuam no processo de perdão interpessoal como fatores independentes, porém relacionados. Nesse sentido, um primeiro passo foi verificar se as pessoas naturalmente encaminham a consideração empática para o perdão através da tomada de perspectiva. Os resultados confirmaram a adequação do modelo proposto.

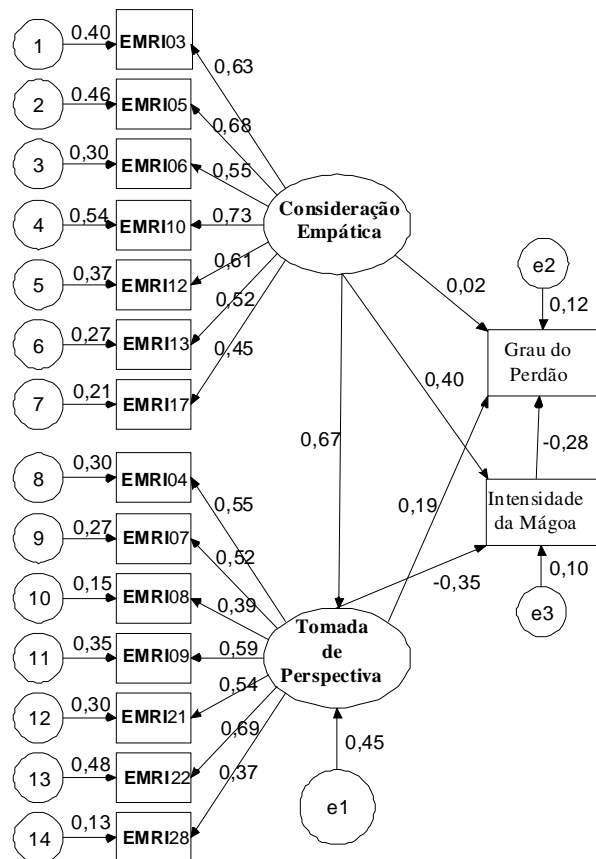


Figura 1. Representação Gráfica do Modelo da Consideração Empática Influenciando a Tomada de Perspectiva e o Perdão Interpessoal Relacionado a uma Mágoa.

Conseqüentemente, é possível propor que, a partir do processo de *reframing* ou re-enquadramento da situação, exercícios terapêuticos possam direcionar a energia afetiva da consideração empática para a tomada de perspectiva. Se a vítima estiver com muita raiva, ela não deve ser orientada para o perdão, mas para refletir sobre si mesma e também considerar o outro pelo que ele é. O objetivo é primeiramente obter um melhor foco do eu e do outro em relação ao ato de injustiça. Somente depois disso as vítimas serão capazes de perdão, como mostrou o modelo.

Note-se que os resultados foram obtidos em uma situação normal, na qual as pessoas espontaneamente avaliaram suas habilidades de consideração empática, tomada de perspectiva e perdão. Porém, na visão dos autores deste trabalho, em consonância com os autores das teorias, o processo de perdão vai ocorrer somente a partir de exercícios cognitivos, que possam re-enquadrar a vítima e o ofensor em uma nova perspectiva. Portanto, é o exercício cognitivo que vai preceder os afetos. É importante deixar claro que o modelo não permite dizer que agir com pura compaixão é perdoar. Sentir empatia e compaixão não é um fenômeno necessariamente moral. Para uma pessoa que foi ofendida injustamente, a compaixão é um fenômeno tanto psicológico como moral e social. Dessa forma, a perspectiva cognitiva do desenvolvimento defende que sentir empatia e perdoar não constitui um processo automático ou espontâneo. É preciso razão para mostrar compaixão. A contribuição do presente trabalho reside justamente em apontar, empiricamente, para a necessidade de uma orientação dos trabalhos terapêuticos de educação e aconselhamento psicológico, visando o perdão interpessoal.

Considerações Finais

O próximo passo para validar o modelo é realizar um trabalho de educação quase-experimental para o perdão. Isto pode ser feito através da comparação entre dois grupos de participantes, de modo que em um deles seja implementada apenas a consideração empática por um ofensor, enquanto que, no outro grupo, sejam promovidos exercícios dirigindo a consideração empática para a tomada de perspectiva de outrem. A comparação final dos resultados servirá para avaliar em quais condições os participantes consideram ser possível perdoar o ofensor. A avaliação se refere à forma por meio da qual o perdão é oferecido com compaixão e não à intensidade ou grau do perdão. A expectativa é que o grupo com tomada de perspectiva do outro perdoe com base na reciprocidade ideal, respeito e identidade com o outro. Nesse experimento educacional, a intensidade da mágoa e o tipo de mágoa devem ser considerados como

variáveis de controle, a fim de que a força da mágoa e a qualidade da injustiça não sejam fatores intervenientes no processo.

Referências

- Batson, C. D., Eklund, J. H., Chermok, V. L., Hoyt, J. L., & Ortiz, B. G. (2007). An additional antecedent of empathic concern: Valuing of welfare of the person in need. *Journal of Personality and Social Psychology*, 93, 1, 65-74.
- Batson, C. D., Tricia, R. K., Highberger, L., & Shaw, L. L. (1995). Immorality from empathy-induced altruism: When compassion and justice conflict. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68(6), 1042-1054.
- Byrne, B. M. (2001). *A primer of LISREL: Basic applications and programming for confirmatory factor analytic models*. New York: Springer-Verlag.
- Camino, C., Camino, L., & Leyens, J. P. (1996). Julgamento moral, emoção e empatia. In Z. Trindade & C. Camino (Eds.), *Cognição social. Coletâneas da ANPEPP* (pp. 109-135). Vitória, ES: Intellecta Digital.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2000). Competência social, empatia e representação mental da relação do apego em crianças em situação de risco: Um estudo sobre resiliência. *Estudos de Psicologia* (Natal), 5(1), 71-93.
- Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: Evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44(1), 113-126.
- Del Prete, Z. A. P., & Del Prete, A. (2009). *Psicologia das habilidades sociais. Diversidade teórica e suas implicações*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Eisenberg, N., Zhou, Q., & Koller, S. H. (2001). Brazilian adolescent prosocial moral judgment and behavior: Relations to sympathy, perspective taking, gender-role orientation, and demographic characteristics. *Child Development*, 72(2), 518-534.
- Enright, R. D., & Fitzgibbons, R. P. (2000). *Helping clients forgive: An empirical guide for resolving anger and restoring hope*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Enright, R. D., & The Human Development Study Group. (1991). The moral development of forgiveness. In W. Kurtinnes & J. Gerwitz (Eds.), *Handbook of moral behavior and development* (pp. 123-152). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Enright, R. D., Rique, J., & Coyle, C. (2000). *The Enright Forgiveness Inventory. User's manual*. New York: Mindgarden Press.
- Enright, R. D., Santos, M. J. O., & Al-Mabuk, R. H. (1989). The adolescent as forgiver. *Journal of Adolescence*, 12, 95-110.
- Farias, S. A., & Santos, R. C. (2000). Modelagem de equações estruturais e satisfação do consumidor: Uma investigação teórica e prática. *Revista de Administração Contemporânea*, 4(3), 107-132.
- Gilligan, C. (1982). *In a different voice: Psychological theory and women's development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Hair, J. F., Tatham, R. L., Anderson, R. E., & Black, W. (2005). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre, RS: Bookman.
- Hoffman, M. L. (2000). *Empathy and moral development: Implications for caring and justice*. New York: Cambridge University Press.
- Joreskog, K., & Sorbom, D. (1989). *LISREL 7 user's reference guide*. Mooresville, NC: Scientific Software.
- Kohlberg, L. (1984). *The psychology of moral development: Vol.1*. San Francisco: Harper & Row.
- Rest, J. (1994). Background: Theory and research. In J. Rest & D. Narvaez (Eds.), *Moral development in the professions* (chap. 1, pp. 1-26). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Ribeiro, J., Koller, S., & Camino, C. (2001). Adaptação e validação interna de duas escalas de empatia para uso no Brasil. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 18(3), 43-53.

- McCullough, M. E., Worthington, E. L., Jr., & Rachal, K. C. (1997). Interpersonal forgiving in close relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 321-336.
- Paludo, S., & Koller, S. H. (2003). Desenvolvimento das emoções morais: Como as crianças expressam e compreendem suas emoções e valores? *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 13(2), 31-43.
- Piaget, J. (1977). *O juízo moral na criança* (3. ed.). São Paulo, SP: Summus. (Original publicado em 1932)
- Rique, J. (1999). *A cross-cultural study on the Enright Forgiveness Inventory: A measure for interpersonal forgiveness. Samples from Brazil and the United States*. Unpublished doctoral dissertation, University of Wisconsin-Madison, WI.
- Rique, J., & Camino, C. (in press). O perdão interpessoal em relação a variáveis psicossociais e demográficas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3).
- Rique, J., Camino, C., Enright, R. D., & Queiroz, P. (2007). O perdão interpessoal e contextos de injustiças no Brasil e Estados Unidos. *PSICO*, 38(2), 185-192.
- Rique, J., Camino, C., Santos, W., & Gouveia, V. (2009). Análise confirmatória da escala de atitudes para o perdão – EFI. *Avaliação Psicológica*, 8(2), 169-178.
- Sampaio, L. R., Monte, F. C., Camino, C., & Roazzi, A. (2008). Justiça distributiva e empatia em adolescentes do nordeste brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 275-282.
- Selman, R. L. (1980). *The growth of interpersonal understanding: Development and clinical analyses*. New York: Academic Press.
- Subkoviak, M. J., Enright, R. D., Wu, C., Gassin, E., Freedman, S., Olson, L. (1995). Measuring interpersonal forgiveness in late adolescence and middle adulthood. *Journal of Adolescence*, 18, 641-655.
- Worthington, E. L., Jr. (2005). Initial questions about the art and science of forgiving. In E. L. Worthington Jr. (Ed.), *Handbook of forgiveness* (chap. 1, pp. 1-14). New York: Routledge.

Received 28/07/2010
Accepted 31/08/2010

Júlio Rique. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
Cleonice Camino. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
Nilton Formiga. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
Felipe Medeiros. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
Verônica Luna. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.